



RELIGIÃO E POLÍTICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS: IMPLICAÇÕES NO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS NAS COMISSÕES LEGISLATIVAS

Cristiane Brum Bernardes¹
Júlio Roberto de Souza Pinto²
Antonio Teixeira de Barros³

Palavras-chaves: Religião e política. Discurso político. Discurso religioso. Direitos humanos. Câmara dos Deputados.

RESUMO

O crescimento da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, conhecida como “Bancada Evangélica”, nas últimas décadas tem sido objeto de ampla análise. Essa bancada temática conta com 198 deputados (19 dos quais atualmente fora do mandato), o que representa 38% da Câmara dos Deputados, e 4 senadores. Seus integrantes pertencem à maioria absoluta dos partidos com representação no Congresso Nacional, dos maiores aos menores, da esquerda à direita. Também ocupam importantes posições na estrutura da Câmara dos Deputados (4 dos 11 cargos da Mesa; presidência de 13 das 25 comissões permanentes; liderança de 4 dos 21 partidos), além da liderança do governo tanto na Câmara como no Congresso. Apesar das disputas no campo religioso, os parlamentares da bancada, em grande parte líderes e membros de diferentes denominações cristãs, compartilham de opiniões e interesses comuns, especialmente em relação às políticas públicas relacionadas aos temas de Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos.

Nesse sentido, a recorrência, nos discursos por eles articulados, de temas como direitos reprodutivos, casamento, relações afetivas, educação e ciência, produção cultural e audiovisual, controle midiático, entre outros, demonstra que a disputa simbólica e ideológica é um dos eixos de ação desses representantes, preocupados em controlar e vigiar os costumes da sociedade, especialmente daquelas parcelas que não compartilham de seus dogmas religiosos. Além disso, muitos desses parlamentares buscam visibilidade e legitimidade de seus mandatos perante os fiéis de suas igrejas.

O artigo propõe-se a analisar criticamente o discurso desses parlamentares nessas esferas de poder e verificar as articulações de sentido propostas por eles para contrariar um dos princípios do sistema representativo contemporâneo: o respeito às liberdades individuais

1 Câmara dos Deputados (cris.brum@gmail.com).

2 Câmara dos Deputados (juliorobertopinto@gmail.com).

3 Câmara dos Deputados (antonibarros@gmail.com).

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



e aos direitos das minorias. Para isso, realizamos uma análise dos discursos e intervenções orais proferidas pelos integrantes da Bancada Evangélica durante diferentes etapas do processo legislativo, a partir das atas das reuniões e dos documentos oficiais produzidos no âmbito da Câmara dos Deputados, além de manifestações por meio de debates e entrevistas veiculados nos meios de comunicação da instituição.

A atuação de parlamentares eleitos com o apoio de igrejas cristãs conferiu nova amplitude aos debates e disputas em torno das configurações de conceitos e discursos sobre a própria representação política. Uma dessas oportunidades surgiu a partir da polêmica em torno da eleição para presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados em 2013. A tomada de posse no colegiado pelo deputado Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) causou repercussão não somente entre seus pares, mas especialmente na mídia e nos movimentos sociais implicados nos temas de análise na comissão.

O embate entre defensores da legitimidade do pastor para conduzir os trabalhos da comissão – localizados principalmente nos grupos evangélicos e religiosos que militam contra questões como o aborto e a união civil homoafetiva – e os ativistas em defesa de direitos humanos tradicionais, como os movimentos gay e feminista, mobilizou uma extensa cobertura da imprensa nacional. Sem contar a repercussão atingida em sites, blogs e redes sociais na internet durante todo o primeiro semestre de 2013. O caso Marco Feliciano, portanto, é emblemático das novas configurações que a representação política vem assumindo, não apenas no Brasil, mas em várias sociedades contemporâneas.

Como referencial para a análise, utilizamos pesquisas realizadas nas últimas décadas no Brasil que revelam um declínio acentuado na confiança do público em relação aos partidos (MOISÉS, 2005; MENEGUELLO, 2006). Dessa forma, outras instituições sociais passam a ocupar o lugar de mediadoras entre sociedade e Estado. Para Maia (2006), as igrejas incluem-se entre as instituições que assumem esse papel, especialmente por sua atuação junto às comunidades mais pobres e sem acesso aos serviços públicos. Dessa forma, os líderes religiosos apresentam as condições favoráveis para candidaturas vitoriosas, uma vez que contam com o respaldo de suas igrejas e a confiança depositada pelos fiéis. Esse fenômeno contribuiu para a emergência de outras formas de representação, sejam eleitorais ou não-eleitorais, o que não implica dizer que, em qualquer tempo, os partidos já exerceram o monopólio da representação política.

Devido à sua natureza cultural, as políticas de direitos humanos são permeadas pela lógica das políticas de identidade, incluindo as identidades religiosas. Embora a noção de direitos humanos, na sua dimensão emancipadora, seja associada à ideia de Estado laico e de leis que assegurem a diversidade cultural, religiosa e racial, existem os chamados *empreendedores morais* (BECKER, 2008). Trata-se de agentes que fiscalizam as condutas sociais consideradas desviantes, segundo os valores e crenças que conformam sua identidade cultural, como no caso de valores religiosos. Esses agentes usam estratégias discursivas de disseminação de *pânico moral* (COHEN, 1972), a fim de

VIII JORNADA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Legislativo, Executivo e Sociedade na Construção da Governança Pública
18 e 19 de setembro - Câmara dos Deputados, Brasília-DF



conseguirem visibilidade e legitimação para suas justificações retóricas. Tais estratégias consistem em espalhar temor público, como se houvesse grave ameaça à ordem social, a exemplo de grupos religiosos que fazem campanhas públicas contra o aborto e a união civil homoafetiva. Em suma, os pânicos morais são estruturados por certos tipos de política simbólica, ancorados em valores e visões de mundo que se pretende conservar ou mudar.

Nessa perspectiva, os pânicos morais “são fenômenos privilegiados nessa nova ordem do poder, pois levam sempre à discussão sobre o controle social e legal apropriado de uma forma de comportamento” (MISKOLCI, 2007, p. 113). Ao adotarem tal estratégia, os *empreendedores morais*, como as lideranças religiosas no Congresso Nacional, atuam como agentes para impedir a legalização de direitos humanos que são considerados por eles como ameaçadores da ordem social vigente.

Analisamos, portanto, como essa estratégia discursiva foi utilizada como forma de embate político pelos parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados pertencentes à Bancada Evangélica, durante o período em que o colegiado foi presidido pelo Pastor Marco Feliciano.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. London: MacGibbon & Kee, 1972.
- MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **Religião e política**: o fenômeno evangélico. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- MENEGUELLO, Rachel. **Partidos conservadores no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 28, p. 101-128, 2007.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Pelotas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.